

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2721023520200521161453

Processo 0834498-82.2019.8.23.0010 ☆ - (204 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado☐ Servidor☐ Advogado☐ Membro MP☐ Defensor☐ Procurador☐ Outros☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos☐ Sem Arquivo☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado☐ Defensor Público☐ Entidades Remessa☐ Magistrado☐ Procurador☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

37 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 37

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 37	21/05/2020 16:14:53	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (30/04/2020)</div>	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>37.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHO</div><div>2665789IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf</div><div>Público</div></div>			
36	12/05/2020 00:25:01	<div>DECORRIDO PRAZO DE PERITO FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA</div> <div>(Para Perito FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA *Referente ao evento (seq. 28) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA(06/03/2020) e ao evento de expedição seq. 29.</div>	SISTEMA CNJ
35	11/05/2020 00:05:32	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de POLYANA REGO CARDOSO AMORIM) em 11/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (30/04/2020) e ao evento de expedição seq. 32.</div>	SISTEMA CNJ
34	04/05/2020 14:41:11	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (30/04/2020) e ao evento de expedição seq. 33.</div>	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
33	30/04/2020 14:16:46	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (30/04/2020)</div>	DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário
32	30/04/2020 14:16:46	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de POLYANA REGO CARDOSO AMORIM com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (30/04/2020)</div>	DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário
<div><div></div></div> 31	30/04/2020 14:15:45	<div>JUNTADA DE LAUDO</div>	DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário
30	17/04/2020 00:02:57	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo Perito FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA(Leitura automática em 16/04/2020 às 23:59)) em 04/05/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 28) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (06/03/2020) e ao evento de expedição seq. 29.</div>	SISTEMA CNJ
29	06/04/2020 10:05:39	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para Perito FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (06/03/2020)</div>	DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário
28	06/03/2020 15:52:03	<div>HABILITAÇÃO PROVISÓRIA</div> <div>Perito Oficial: FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA habilitado até 04/06/2020 (90 dias)</div>	DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário
<div><div></div></div> 27	02/03/2020 12:51:20	<div>JUNTADA DE CERTIDÃO</div>	DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário
26	31/01/2020 00:03:50	<div>DECORRIDO PRAZO DE POLYANA REGO CARDOSO AMORIM</div> <div>(P/ advgs. de POLYANA REGO CARDOSO AMORIM *Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (13/01/2020) e ao evento de expedição seq. 18.</div>	SISTEMA CNJ
25	29/01/2020 00:11:03	<div>DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A</div> <div>(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (13/01/2020) e ao evento de expedição seq. 17.</div>	SISTEMA CNJ
24	28/01/2020 14:06:49	<div>LEITURA DE MANDADO REALIZADA</div> <div>MANDADO lido em 28/01/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 20) EXPEDIÇÃO</div>	STHEPHANY SIMPLICIO DA SILVA Estagiária



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08344988220198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **POLYANA REGO CARDOSO AMORIM**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**.

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☐ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo, Informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima:

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
- ☐ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

IV) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de Junho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante na Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar sua graduação:

Seguimento corporal acometido:

- a) ☐ Total

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

- b) ☐ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). em se tratando de dano parcial, Informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial completo. (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☐ Parcial incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1 do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Processo Judicial nº. 0834498-82.2019.8.23.0010

Local e data da realização do exame médico:

Ba Viçosa, 09/03/2020

Assinatura do médico - CRM:

Fernando B. de Oliveira
Perito
Medicina Legal e Perícia Médica
CRM RR 1107 / RJ

Fernando Bernardo de Oliveira, CRM RR 1107

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Cabe informar ainda a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NUI7432**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 19 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR